



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO - DOEM

VERSÃO ELETRÔNICA DOS ATOS LEGAIS DO MUNICÍPIO DO PIAUÍ  
Lei da Transparência nº 12.527/2011

ISSN 2764-1651 (online)



ISSN 2764-1643 (impresso)

SÃO JOÃO DO PIAUÍ - PODER EXECUTIVO - ESTADO DO PIAUÍ

IMPrensa Oficial Eletrônica - DOEM - ANO I - 29 DE JULHO DE 2025 - NÚMERO 050

## SUMÁRIO

### PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Decreto	Pág. 001
Outros	Pág. 007
Portaria	Pág. 015
Resolução	Pág. 017

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta dos municípios, sendo referidas entidades inteiramente responsável pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico do Município - DOEM, poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: Para Pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse:

<https://doempi.org/>.

As consultas pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

Prefeituras Municipais e câmaras legislativas municipais. Site: <https://doempi.org/>

## RESPONSABILIDADE TÉCNICA

### FOCO SMART LTDA

CNPJ: 26.807.519/0001-70

Diretor Geral: Tiago Rodrigues Ferreira

Departamento de publicações: Paulo Henrique Lima

## ESTA EDIÇÃO FOI ASSINADA DIGITALMENTE POR:

MUNICIPIO DE SAO JOAO DO PIAUI

CNPJ: 06553655000173

/C=BR/O=ICP-Brasil/ST=PI/L=SAO JOAO DO

PIAUI/OU=08714927000103/OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil -

RFB/OU=RFB e-CNPJ A1/OU=videoconferencia/CN=MUNICIPIO DE SAO

JOAO DO PIAUI:06553655000173 2025-07-29T13:27:01-03:00



Diário Oficial assinado eletronicamente com Certificado digital Padrão ICP-Brasil em conformidade com MP nº 2.200-2 de 2001. O sistema de gestão garante a autenticidade do material gerado dentro do sistema.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B530

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

PRAÇA HONORIO SANTO S/N

06.553.655/0001-73

Exercício: 2025

**DECRETO Nº 63 , DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605***Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências***DECRETA:**

Artigo 10.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$620.901,80 distribuídos as seguintes dotações:

<b>Suplementação ( + )</b>				<b>620.901,80</b>
02	07	01	SECRETARIA MUN. DE ADM. PLANEJ. E DESENC. ECONÔMICO	
	81	04.122.0002.2010.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	50.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 500 00
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		999 000	Não se aplica	
	1080	04.122.0002.2010.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	12.136,47
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 720 00
		720	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas a	
		999 000	Não se aplica	
	1094	04.122.0002.2010.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	25.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 501 00
		501	Outros Recursos não Vinculados	
		999 000	Não se aplica	
02	09	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
	172	12.361.0004.2023.0000	EDUCAÇÃO CIDADÃ	190.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 550 01
		550	Transferência do Salário-Educação	
		999 000	Não se aplica	
02	09	02	FUNDEB	
	861	12.361.0004.2028.0000	EDUCAÇÃO CIDADÃ	68.168,11
		3.3.90.39.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 543 01
		543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	
		999 000	Não se aplica	
02	10	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
	297	10.301.0005.2031.0000	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	37.120,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 500 00
		500	Recursos não Vinculados de Impostos	
		300 000	Saúde - Despesas com ASPS	

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B530****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

PRAÇA HONORIO SANTO S/N

06.553.655/0001-73

Exercício: 2025

**DECRETO Nº 63 , DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605**

02	10	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
368	10.301.0005.2043.0000	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	62.730,58		
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 600 02		
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manuten			
	999 000	Não se aplica			
372	10.301.0005.2043.0000	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	160.015,55		
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 1 600 02		
	600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manuten			
	999 000	Não se aplica			
02	11	01	SECRETARIA MUN. DE DESENV. SOCIAL E CIDADANIA		
591	08.304.0009.2059.0000	PROTEÇÃO SOCIAL	8.431,09		
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 500 00		
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
02	11	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		
932	08.122.0009.2055.0000	PROTEÇÃO SOCIAL	1.000,00		
	3.3.90.40.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC.	F.R.: 1 660 04		
	660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			
	999 000	Não se aplica			
02	14	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO		
801	27.812.0016.2082.0000	DESPORTO E LAZER	4.000,00		
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R.: 1 500 00		
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			
02	16	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS		
817	18.541.0002.2108.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.300,00		
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 1 500 00		
	500	Recursos não Vinculados de Impostos			
	999 000	Não se aplica			

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 01 SECRETARIA MUN. DE ADM. PLANEJ. E DESENC. ECONÔMICO



## IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B530

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ

PRAÇA HONORIO SANTO S/N

06.553.655/0001-73

Exercício: 2025

## DECRETO Nº 63 , DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605

02	07	01	SECRETARIA MUN. DE ADM. PLANEJ. E DESENC. ECONÔMICO		
	72	04.122.0002.2010.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-50.000,00	
		3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	F.R. Grupo: 1 500 00	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos		
		999 000	Não se aplica		
	851	04.122.0002.2122.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-15.000,00	
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 1 501 06	
		501	Outros Recursos não Vinculados		
		999 000	Não se aplica		
02	09	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
	170	12.361.0004.2023.0000	EDUCAÇÃO CIDADÃ	-190.000,00	
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 1 550 01	
		550	Transferência do Salário-Educação		
		999 000	Não se aplica		
02	09	02	FUNDEB		
	995	12.361.0004.1058.0000	EDUCAÇÃO CIDADÃ	-68.168,11	
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 1 543 01	
		543	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
		999 000	Não se aplica		
02	10	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS		
	273	10.301.0005.1009.0000	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	-37.120,00	
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo: 1 500 00	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos		
		300 000	Saúde - Despesas com ASPS		
	1003	10.302.0005.2101.0000	SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	-222.746,13	
		3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	F.R. Grupo: 1 600 02	
		600	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manute		
		999 000	Não se aplica		
02	11	01	SECRETARIA MUN. DE DESENV. SOCIAL E CIDADANIA		
	497	08.122.0002.2046.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-8.431,09	
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo: 1 500 00	
		500	Recursos não Vinculados de Impostos		
		999 000	Não se aplica		
02	11	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS		



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B530

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

PRAÇA HONORIO SANTO S/N

06.553.655/0001-73

Exercício: 2025

**DECRETO Nº 63 , DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605**

02	11	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS			
	526	08.245.0009.2049.0000	PROTEÇÃO SOCIAL	-1.000,00		
		3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R. Grupo:	1	660 04
		660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS			
		999 000	Não se aplica			
02	13	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E CONTROLE VIÁF			
	866	15.451.0002.2070.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-12.136,47		
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1	720 00
		720	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas			
		999 000	Não se aplica			
02	14	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO			
	798	27.812.0016.2082.0000	DESPORTO E LAZER	-4.000,00		
		3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo:	1	500 00
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		999 000	Não se aplica			
02	16	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDR			
	729	17.511.0015.1035.0000	ÁGUA É VIDA	-2.300,00		
		4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R. Grupo:	1	500 00
		500	Recursos não Vinculados de Impostos			
		999 000	Não se aplica			
	811	18.541.0002.2108.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	-10.000,00		
		3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R. Grupo:	1	501 06
		501	Outros Recursos não Vinculados			
		999 000	Não se aplica			

**-620.901,80**

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDNEI MODESTO AMORIM



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B530**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

PRAÇA HONORIO SANTO S/N

06.553.655/0001-73

Exercício: 2025

**DECRETO Nº 63 , DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605**

PREFEITO MUNICIPAL

-----



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B53A**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**  
PRAÇA HONORIO SANTO S/N  
06.553.655/0001-73      Exercício: 2025

**DECRETO Nº 65, DE 21 DE JULHO DE 2025 - LEI N.605**

*Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências*

DECRETA:  
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$40.600,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação ( + )				40.600,00
02	11	02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	
	1061	08.245.0009.2049.0000	PROTEÇÃO SOCIAL	1.000,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 2 660 04
		660	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	
		999 000	Não se aplica	
02	13	01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E CONTROLE VIÁRIO	
	1102	15.451.0002.2070.0000	GESTÃO ADMINISTRATIVA	39.600,00
		3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 2 720 00
		720	Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas	
		999 000	Não se aplica	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024, nas fontes de recurso: 660 - Transferência de Recursos do FNAS e 720 - Transferências da União ref às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural Destinados ao FEP - Lei 9.478/1997:

Superávit Financeiro:	40.600,00
Fontes de Recurso	
660 04	1.000,00
720 00	39.600,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDNEI MODESTO AMORIM  
PREFEITO MUNICIPAL



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

**REGIMENTO INTERNO****CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA****CAPÍTULO I****DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS DO CONSELHO****Seção Única**

Art. 1º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, criado pela Lei Municipal nº 269/2014 de 25 de junho de 2014, alterado pela Lei Municipal 601/2024. De 06 de novembro de 2024 é órgão consultivo de caráter permanente no âmbito do Município de São João do Piauí, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, tendo seu funcionamento regido por este Regimento Interno.

Art. 2º O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA tem por finalidade estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as Organizações da Sociedade Civil nele representadas, com o objetivo de assessorar a Prefeitura do Município de São João do Piauí – PI na formulação de políticas públicas e na definição de diretrizes e prioridades que visem à garantia do direito humano à alimentação adequada e na quantidade certa.

Art. 3º Compete ao COMSEA propor e pronunciar-se sobre:

- I – As diretrizes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem implementadas pelo Executivo Municipal;
- II – Os projetos e ações prioritárias da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a serem incluídos, anualmente, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento do Município de São João do Piauí-PI;
- III – As formas de articular e mobilizar a sociedade civil organizada, no âmbito da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando prioridades;
- IV – A realização de estudos que fundamentem as propostas ligadas à Segurança Alimentar e Nutricional;
- V – A convocação organização e implementação das Conferências Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional;



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete também ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA/São João do Piauí estabelecer relações de cooperação com conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional de Municípios da região, e o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

**CAPÍTULO II****DA COMPOSIÇÃO, ORGANIZAÇÃO, ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO****Seção I****Da Composição**

Art. 4º O COMSEA é integrado por nove membros, titular e suplente, dos quais dois terços de representantes de entidades da sociedade civil e um terço de representantes governamentais, designados pelo Prefeito, na forma do disposto no Decreto nº 26/2025

§1º Os membros da sociedade civil terão mandato de dois anos, permitida a recondução.

§2º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COMSEA, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constarem assuntos de sua área de atuação.

§3º O COMSEA terá como convidados permanentes, na condição de observadores, um representante de cada um dos Conselhos Municipais existentes.

§4º A participação dos conselheiros no COMSEA não será remunerada.

**Seção II****Da Organização e Atribuições**

Art. 5º O COMSEA será presidido por um representante da sociedade civil, escolhido pelo Conselho, entre seus membros.

Art. 6º São atribuições do Presidente:

- I - zelar pelo cumprimento das deliberações do COMSEA;
- II - representar externamente o COMSEA;
- III - convocar, presidir e coordenar as reuniões do COMSEA;
- IV - manter interlocução permanente com a CAISAM municipal;
- V - convocar reuniões extraordinárias; e



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

VI - propor e instalar comissões temáticas e grupos de trabalho, designando o coordenador e demais membros, bem como estabelecendo prazo para apresentação de resultados, conforme deliberado pelo COMSEA, após indicação das Comissões Permanentes, e referendado pela Mesa Diretiva.

Art. 7º A Secretaria Executiva do COMSEA será exercida por Técnico do quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, designado para essa função, tendo as seguintes atribuições:

- I - assessorar o COMSEA, secretariando as reuniões, prestando informações e esclarecimentos necessários;
- II - organizar com aprovação do Presidente a ordem do dia das reuniões plenárias;
- III – promover e praticar atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do COMSEA e de suas comissões e grupos de trabalho;
- IV - submeter à análise da CAISAN as propostas do COMSEA de diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se os requisitos orçamentários para sua consecução;
- V - manter o COMSEA informado sobre a apreciação, pela CAISAN, das propostas encaminhadas pelo Conselho;
- VI - acompanhar a análise e o encaminhamento das propostas e recomendações aprovadas pelo COMSEA nas instâncias responsáveis, apresentando relatório ao Conselho;

Art. 8º São atribuições dos Conselheiros:

- I - agir com zelo e colaborar para a qualidade e o bom andamento dos trabalhos do COMSEA;
- II - participar ativamente da reunião Plenária, visando fortalecer a discussão realizada nas Comissões Permanentes, manifestando-se a respeito das matérias discutidas e elaborando propostas de deliberação;
- III - participar de Comissões Permanentes ou Grupos de Trabalho, manifestando-se a respeito das matérias em discussão e elaborando propostas de deliberação;
- IV - representar o COMSEA em reuniões, missões e outras atividades, seguindo as deliberações do Conselho;
- V - apresentar relatório escrito à Secretária-Executiva das atividades referidas no inciso IV;
- VI - manter a Secretaria-Executiva do COMSEA informada sobre as alterações dos seus dados pessoais;
- VII – comunicar as decisões do COMSEA junto à entidade representada.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

Art. 9º O COMSEA contará com Comissões Permanentes para encaminhar discussões e elaborar propostas para consideração do Plenário.

§1º A denominação, os objetivos, a organização e os temas das Comissões Permanentes poderão ser modificados pelo Plenário do COMSEA.

§2º As Comissões Permanentes terão um coordenador e um vice - coordenador, ambos Conselheiros representantes da sociedade civil, e um relator, e terão apoio técnico da Secretaria-Executiva. As Comissões poderão convidar representantes governamentais e da sociedade civil para colaborarem com seus trabalhos, conforme o assunto em discussão.

§3º As Comissões Permanentes poderão criar Grupos de Trabalho para facilitar a realização de seus trabalhos, ouvida a Mesa Diretiva e com referendo do Plenário.

§4º Os Grupos de Trabalho poderão:

- I - ser criados no âmbito das Comissões Permanentes, sempre que houver necessidade de maior aprofundamento de temas ou de organizar atividades e/ou eventos específicos;
- II - ser compostos por integrantes de mais de uma comissão do COMSEA, bem como por integrantes do COMSEA e de outras instâncias colegiadas de participação social, caso em que serão criados e vinculados diretamente à Mesa Diretiva; e
- III - convidar representantes da sociedade civil com acúmulo de conhecimento para contribuir com a discussão em pauta.

§5º Todas as Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho deverão orientar seus trabalhos observando recortes de gênero, de geração, de raça e etnia.

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B512****CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

Seção III  
Do Funcionamento

Art. 10. O COMSEA reunir-se-á de forma ordinária uma vez por mês, por convocação de seu Presidente, ou de forma extraordinária, por convocação de seu Presidente, ou de um terço de seus membros, observando, em ambos os casos, o prazo mínimo de dez dias úteis para a convocação da reunião.

§1º O Secretário Executivo poderá convocar a reunião em período de transição ou vacância do mandato do Presidente do COMSEA no prazo máximo de noventa dias.

§2º As reuniões Plenárias serão instaladas, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos Conselheiros e, em segunda convocação, com qualquer número.

§3º O calendário anual de reuniões ordinárias será aprovado na primeira reunião Plenária de cada ano e, em caso de ano de mudança de gestão, na primeira reunião Plenária após a posse dos novos Conselheiros.

§4º Serão convocados para comparecer às reuniões os Conselheiros titulares e, na impossibilidade de comparecimento destes, após encaminhamento devido da informação à Secretaria-Executiva, seu suplente.

Art. 11. As decisões colegiadas do COMSEA serão manifestadas por meio dos seguintes instrumentos:



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

I – Resoluções, quando se tratar de deliberação sobre organização e funcionamento interno, planos de ação, projetos de regimento interno do COMSEA, e ainda sobre estratégias de articulação entre o COMSEA e outros Conselhos Municipais. As Resoluções serão aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente do COMSEA e publicadas no Diário Oficial da União;

II - Exposições de Motivos, quando se tratar de proposições encaminhadas à Prefeitura Municipal, que seguirá com cópia para a CAISAN, Secretarias e órgãos públicos afetos às matérias, aprovadas pelo Plenário e assinadas pelo Presidente do COMSEA,

III – Recomendações, quando se tratar de proposição dirigida a entidades e órgãos públicos sobre questões atinentes ao SISA e à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovadas pelo Plenário e assinadas pelo Presidente do COMSEA.

Parágrafo Único. O COMSEA, por meio da Mesa Diretiva, acompanhará as respostas e desdobramentos destes instrumentos.

Art. 12. As reuniões Plenárias do COMSEA obedecerão aos seguintes procedimentos:

- I - Verificação da presença e da existência de quórum para instalação do colegiado;
- II - Aprovação da ata da reunião Plenária anterior;
- III - Aprovação da pauta da reunião;
- IV - Informes gerais;
- V - Apresentação, discussão e votação de matérias constantes em pauta;
- VI - Apresentação dos encaminhamentos das Comissões Permanentes e dos Grupos de Trabalhos que requerem deliberação do Plenário; e
- VII - Encerramento.

§1º O COMSEA poderá alterar a pauta, introduzindo proposta extraordinária.

§2º As matérias constantes da pauta para a deliberação do COMSEA devem ser apresentadas, agendadas e debatidas previamente nas instâncias do Conselho. Somente de forma excepcional, por aprovação prévia do COMSEA, poderão ser apresentadas diretamente em reunião Plenária.

§3º As definições no âmbito das instâncias do Conselho serão estabelecidas a partir do diálogo entre sociedade civil e governo.

§4º As intervenções durante o debate das matérias no COMSEA deverão ter duração de três minutos, podendo este limite de tempo ser ampliado por decisão do Plenário.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B512

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.**

Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.

§5º Encerrada a discussão, o Presidente verificará a existência de consenso entre os Conselheiros, caso em que a Resolução, Exposição de Motivos ou Recomendação será considerada aprovada.

§6º Caso não seja possível o consenso, o Presidente submeterá as posições divergentes à votação do Plenário, acatando a proposta vencedora.

Art. 13. Visando atender às solicitações de manifestação do COMSEA acerca de propostas de parcerias entre o Governo Municipal, órgãos públicos ou Organizações não governamentais em projetos na área de segurança alimentar e nutricional, o Presidente do COMSEA designará uma das Comissões Permanentes ou um dos Grupos de Trabalho que analisará as propostas e encaminhará parecer para deliberação do Plenário, obedecidos os demais dispositivos deste Regimento Interno.

Art. 14. As reuniões Plenárias do COMSEA serão dirigidas pelo Presidente.

Parágrafo único. Em caso de ausência do Presidente, a reunião será dirigida por um de seus membros escolhido entre os representantes da sociedade civil.

Art. 15. Em todas as reuniões Plenárias será lavrada ata, de responsabilidade da Secretária-Executiva, com exposição dos trabalhos, conclusões e deliberações. O teor integral das matérias tratadas nas reuniões do COMSEA estará disponível na Secretária-Executiva.

**CAPÍTULO III****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 16. O COMSEA deverá propor a destituição de Conselheiro nas seguintes hipóteses:

- I - prática de ato incompatível com a função de Conselheiro; ou
- II - ausência imotivada a três reuniões consecutivas do COMSEA.

Art. 17. Casos omissos serão tratados pela presidência do Conselho em conjunto com os integrantes da Mesa Diretiva.

Art. 18. Os suplentes poderão ser convidados a participar de reunião em que o titular também esteja presente, quando a pauta exigir *expertise* específica do Conselheiro suplente em questão.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B512**



**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO JOÃO DO  
PIAÚÍ – COMSEA.**

**Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar  
e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.**

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.  
São João do Piauí- PI, 29 de julho de 2025.

Atenciosamente,

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional

José Antônio de Sousa Oliveira.



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B51C**

PREFEITURA MUNICIPAL

**SÃO JOÃO  
DO PIAUÍ****PORTARIA nº 272 /2025, 28 DE JULHO DE 2025.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO  
DE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE ASSUNTO  
PARTICULAR A SERVIDOR  
PÚBLICO E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município de São João do Piauí-PI, resolve:

**CONSIDERANDO** o requerimento da servidora MARLUCIA BARBOSA ALBUQUERQUE, Matricula nº 24-3, CPF nº 026.946.493-00, ocupante do cargo de Zelador CL C NII, em que solicita prorrogação de licença para tratamento de assunto particular pelo prazo de mais 01 (um) ano, eis que já se utilizou de 01 ano;

**CONSIDERANDO** que o art. 101, do Estatuto do Servidor Público Municipal, prevê a concessão de licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos, resolve:

Art. 1º. CONCEDER licença não remunerada pelo prazo de 01 (ano) anos a servidora pública, MARLUCIA BARBOSA ALBUQUERQUE, Matricula nº 24-3, CPF nº 026.946.493-00, ocupante do cargo de Zelador CL C NII.

Art. 2º. A presente Portaria tem efeitos a partir de 01 de julho de 2025.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São João do Piauí, 28/07/2025.

\_\_\_\_\_  
**EDNEI MODESTO AMORIM**  
**PREFEITO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI  
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255

IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14B1F34D5E0B527**

PREFEITURA MUNICIPAL

**SÃO JOÃO  
DO PIAUÍ****PORTARIA nº 273 /2025, DE 28 DE JULHO DE 2025.**

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO  
DE LICENÇA PARA ESTUDO E  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município de São João do Piauí-PI, resolve:

CONSIDERANDO o requerimento da servidora MARIANA MIRANDA DE SOUSA, servidora efetiva lotada na Secretaria Saúde, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula nº 189-1, com carga horária de 40 horas, em que solicita a obtenção de Licença para Estudos e Curso de Aperfeiçoamento, no caso Pós-graduação em nível de Mestrado, na área de Biodiversidade e Conservação na Universidade Federal do Piauí, pelo período de 05 meses, com previsão de início em setembro de 2025 e termino em janeiro de 2026.

CONSIDERANDO que o art. 110, do Estatuto do Servidor Público Municipal, prevê a concessão de licença para tratar de assuntos particulares, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos consecutivos;

CONSIDERANDO o que restou consignado no Parecer nº 43/2025-PGM, na qual opina no sentido de que a servidora faria jus à concessão do pedido;

Art. 1º. CONCEDER licença NÃO remunerada pelo prazo de 02 (dois) anos consecutivos à servidora pública municipal, MARIANA MIRANDA DE SOUSA, CPF nº 060.068.433-40, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, pelo período de 05 meses, com previsão de início em setembro de 2025 e termino em janeiro de 2026.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São João do Piauí, 28 de julho de 2025.

  
**EDNEI MODESTO AMORIM**  
**PREFEITO DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ**

**GABINETE DO PREFEITO**

Praça Honório Santos, s/n Centro - São João do Piauí-PI  
CEP: 64.760-000 • CNPJ: 06.553.655/0001-73 • Tel: (89) 3483-2255



IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: 14B1F34D5E0B508

**CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
DE SÃO JOÃO DO PIAUÍ – COMSEA.****Lei Municipal Nº 269, de 25 de junho de 2014 e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal Nº264/2014 de 10 de abril de 2014.****RESOLUÇÃO Nº 01/2025****SÃO JOÃO DO PIAUÍ, 29 DE JULHO DE 2025**

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA SÃO JOÃO DO PIAUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de São João do Piauí, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº11.346 de 15 de setembro de 2006 e da Lei Municipal nº269 de 25 de junho de 2014, e Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São João do Piauí- PI, Lei Municipal nº264/2014 de 10 de abril de 2014 e no seu regimento interno.

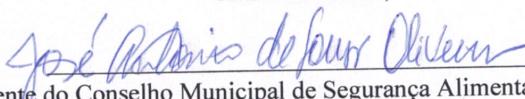
**RESOLVE:**

Art. Fica aprovado por unanimidade o regimento interno do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA de São João do Piauí, após análise realizado em reunião ordinária dia 23 de julho de 2025, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, na Sala dos Conselhos.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São João do Piauí- PI, 29 de julho de 2025.

Atenciosamente,

  
Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional  
José Antônio de Sousa Oliveira

Sala dos conselhos  
AV. CÂNDIDO COELHO, S/N - 64.760-000  
São João do Piauí – PI, E-MAIL [saladosconselhos.2022@outlook.com/](mailto:saladosconselhos.2022@outlook.com/)

1